

## Relator afirmou que assumiu relatoria do PLC 28/15 para aprová-lo



Jailton e Ana Paula com o relator, o Diretor-Geral e o Secretário de Gestão de Pessoas do STF

O senador José Maranhão (PMDB-PB) afirmou, nesta quinta (30), em conversa com os coordenadores do Sindjus Jailton Assis e Ana Paula Cusinato, acompanhados do diretor-geral do STF, Amarildo Oliveira, do secretário de Gestão de Pessoas do STF, Cícero Rodrigues, e do dirigente da Fenajufe, Roberto Ponciano, que seu relatório será favorável à aprovação do PLC 28/15 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

O senador afirmou que se propôs a relatar o PLC 28 sensibilizado pelo pedido apresentado em memorial pelo Sindjus no dia 21. "Avoquei o projeto para garantir a tramitação rápida e sua aprovação", esclareceu o relator. Disse ainda que conversou recentemente com o ministro Lewandowski, que também fez contato solicitando a tramitação célere.

Amarildo Oliveira, reforçando o que já havia sido dito pelo presidente Lewandowski, frisou a importância deste projeto para o Poder Judiciário, deixando claro que o Supremo conta com o empenho do senador nesta questão.

### Pauta do dia 6

Jailton pediu para José Maranhão garantir a pauta para a próxima semana, na reunião do dia 6, uma vez que a sabatina do novo ministro do STF, indicado pelo Executivo, ficou para o dia 12. O diretor-geral do STF também argumentou nesse sentido, explicando que o presidente Lewandowski está em negociação com o Executivo, em especial com o vice-presidente, Michel Temer.

Após a reunião, os coordenadores continuaram no Senado articulando com a assessoria do relator e com a Secretaria da CCJC até conseguir a inclusão do PLC 28/15 na pauta da comissão para o dia 6 (próxima quarta). E deu certo.

### Escolha acertada

Diante da boa-vontade do senador José Maranhão, que conheceu um pouco mais sobre a realidade da categoria na conversa que durou quase uma hora, o Sindjus não tem dúvida de que mais uma vez fez a escolha acertada do relator. O presidente da CCJC, senador José Maranhão, além de ser muito bem articulado e de ter influência no Senado, compreendeu a nossa causa e defenderá nossa bandeira.

## PL 7919/14 passa pela CCJC e está a caminho do Senado

Mais uma vez a parceria entre Sindjus e o deputado Arnaldo Faria de Sá deu resultado. O PL 7919/14 foi aprovado, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara desta quarta (29). O relator soube priorizar o reajuste salarial em seu parecer, consolidando ainda a vitória do Sindjus sobre a terceirização.

Agora, o sindicato trabalha, a exemplo do que fez com o projeto do Judiciário, as lideranças partidárias contra a apresentação do requerimento de Recurso ao Plenário. O objetivo é fazer com que o PL siga diretamente para o Senado. O deputado Arnaldo Faria de Sá está nos apoiando nesta batalha, assim como o relator do PL na CFT, deputado Lucio Vieira Lima.

É importante que a categoria esteja pronta para atender aos pedidos de mobilização que podem ser feitos pelo sindicato.



O Sindjus, o secretário de Relações Institucionais da PGR, Peterson de Paula, e o relator, deputado Arnaldo Faria de Sá, após vitória na CCJC

## Auxiliares do TRF/JF são reenquadrados como nível intermediário

No dia 27, o plenário do Conselho da Justiça Federal decidiu reenquadrar todos os auxiliares dos TRFs e da Justiça Federal, independentemente do ano de ingresso na carreira, como nível intermediário. A conversa do Sindjus com a vice-presidente do STJ, ministra Laurita Vaz, deu resultado e ela abraçou a causa. Agora, o Sindjus vai intensificar a cobrança sobre o TJDFT para que ele resolva a situação de seus auxiliares.

## Sindjus trabalha julgamento da antecipação de tutela para os 13,23%

Os advogados do Sindjus trabalham para que o julgamento do pedido de antecipação de tutela no TRF1 seja julgado pela 2ª Turma neste mês de maio. O desembargador relator Candido Moraes proferiu despacho esclarecendo que a questão será decidida pela Turma. Os coordenadores têm conversado com os desembargadores para conquistar a antecipação de tutela, pois com isso os 13,23% podem ser incorporados imediatamente por todos os filiados do Judiciário e MPU.



## ELEIÇÕES SINDJUS

# Denúncias são encaminhadas pela Direção à Comissão Eleitoral, única responsável pelas Eleições

De acordo com o Estatuto do Sindjus, quem cuida do processo eleitoral é a Comissão Eleitoral eleita em assembleia-geral. No dia 12 de março, foi realizada assembleia-geral que elegeu tal comissão. Desde então, a responsabilidade de organizar e conduzir as Eleições pertence inteiramente à comissão.

Por outro lado, é dever da Diretoria do Sindjus receber toda e qualquer denúncia referente à eleição, coletando todas as irregularidades, para encaminhar este material, de forma oficial, à Comissão Eleitoral.

A Diretoria é eleita justamente para ser porta-voz dos filiados e é este papel que está cumprindo levando tais denúncias à apuração, objetivando transparência e a correção de tais falhas no próximo processo.

A Diretoria recebeu via email/telefonema diversas denúncias sobre atraso de urnas, sumiço de urnas durante a votação, retirada mais cedo de urnas dos locais, não aceitação de crachá com foto e CNH como documento oficial, enfim, denúncias graves relacionadas ao não cumprimento do roteiro divulgado pela comissão.

Como afirmado anteriormente, é dever exclusivo da Comissão Eleitoral cuidar de todos os detalhes da eleição, inclusive a saída e permanência das urnas dos locais, bem como a definição de critérios que possibilitem a realização das eleições com a maior lisura e coerência possível. Nesta linha de raciocínio é válido dizer que a CNH é um dos documentos oficiais mais utilizados no Brasil nos tempos atuais.

A Diretoria informa que o custo desta eleição foi o dobro da passada, com o Sindjus disponibilizando 17 veículos leves e duas vans para o transporte das urnas.

O Sindjus, mesmo com os custos deste processo tendo sido superiores ao aprovado durante a assembleia-geral de prestação de contas de 2014, informa aos filiados que vai manter a infraestrutura dando todas as condições para as eleições serem realizadas.

A Direção espera que a Comissão Eleitoral otimize esses recursos e que os filiados sejam fiscais em seus locais de trabalho, cobrando lisura e denunciando qualquer irregularidade. É importante que todos fiscalizem e participem do pleito, votando com consciência e responsabilidade.



- Votação - 20 e 21 de maio
- Urnas Itinerantes - Das 9h às 18h

[www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br)